

BORTONI-RICARDO, Stella Maris [et al.] (orgs.). **Porque a escola não ensina gramática assim?** 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 256 páginas, 2014.

Resenhado por Rafael Teixeira de Souza¹

(Universidade de Brasília - UnB)

Severina Alves de Almeida SISSI²

(Faculdade de Ciências do Tocantins FACIT)

O livro *Porque a escola não ensina gramática assim?* traz à tona uma discussão muito pertinente no que diz respeito à sua própria indagação. É uma das poucas obras que pretende propor métodos variáveis e práticos para o ensino quase sempre metódico da gramática nos estudos das Letras em geral.

Tendo sua primeira edição em outubro de 2014, o livro aborda desde concepções iniciais das palavras às funções da língua como objeto variável de comunicação. Discute também questões de coesão e concordância verbal e nominal – duas das mais constantes dificuldades em língua portuguesa – sem esquecer-se, claro, das regras gramaticais. Revela-se como instrumento necessário para professores dos ensinos médio e fundamental, sobretudo pela sua linguagem de fácil compreensão e, como já dito, suas propostas de atividades práticas.

Organizado por 4 doutoras e contando com a participação de várias pesquisadoras que são autoras dos capítulos, professoras de várias áreas da linguagem, o livro é fruto de uma extensa pesquisa em conjunto. Divide-se, pois, em nove capítulos, os quais tratam desde aspectos referentes à coesão e à morfologia, verbos impessoais e orações relativas e interrogativas. Mais um ponto positivo diz respeito às sugestões de atividades que as autoras compreendem como suscetíveis ao melhor desempenho do alunado e o tópico *considerações finais*, que consiste num compêndio dos conceitos abordados ao longo de cada capítulo.

No capítulo primeiro, duas das autoras tratam da coesão referencial “focalizando categorias linguísticas na construção discursiva oral e escrita, identificando a função morfossintática e semântica dos elementos que vão constituindo o sentido do texto” (p.

¹ Licenciado em Letras Português/Inglês pela AESA (Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde). e-mail: rafafaeldesouza@hotmail.com.

² Licenciada em Pedagogia. Mestre em Ensino de Língua e Literatura. Doutoranda em Linguística no PPGL da UnB. Professora na Faculdade da UnB de Planaltina. e-mail: sissiunb@gmail.com.

20). Lançam mão de fragmentos de textos que ilustram situações muito específicas da língua e do texto literário e científico. Explicam como os mais básicos elementos constitutivos do léxico são de vital importância para a construção de textos coesos e elucidativos. Além disso, no tópico *sugestão de trabalho*, encontram-se propostas para serem empregadas pelos professores em sala de aula.

Já no capítulo segundo são abordados os erros gramaticais, tanto na concepção do alunado quanto da gramática normativa. Dentre a série de esclarecimentos que o capítulo discute, um dos mais relevantes condiz com a alteração de certos termos numa oração (mais especificamente pronomes), que necessariamente não consiste erro gramatical, mas sim uma forma totalmente viável de se conceber a língua em suas variações. Esclarece quais os limites de tais variações e até em que ponto estas podem ser exploradas e/ou toleradas através da escrita e/ou da oralidade. Já no final do capítulo há um tópico relacionado à reflexão do tema e outro que propõe métodos de abordagem do mesmo em sala de aula.

O capítulo três, por sua parte o maior e mais argumentativo de todos, ventila a questão das variações linguísticas. Esta é pois discutida

desde o princípio, de forma límpida, uma vez que esteja presente na língua portuguesa mais do que em muitas outras. Com o emprego de diversas exemplificações (inclusive de outras línguas em contraponto à nossa) esclarece fenômenos mediante os quais podem tanto ser aceitos como não aceitos em ambos os meios de linguagem – a falada e a escrita. Ademais, com arrimo de outros teóricos como Marcos Bagno, que diz que “a concordância é indispensável para a manutenção das interações entre os indivíduos de uma comunidade por meio da língua” (p. 91), seguido das sugestões metodológicas, arremata seus argumentos.

O capítulo quatro, focado nas orações relativas e interrogativas, começa tratando das escolhas linguísticas dos falantes. A esse respeito uma das autoras diz ser “urgente embasar o ensino nos princípios de uma pedagogia culturalmente sensível...” (p.110). Em seguida, parte para o assunto propriamente dito. Discorre sobre pronomes, advérbios e outros mecanismos conectivos – *que, quanto, cujo* etc. – nas suas mais alternadas funções, corretas e incorretas, aplicando-lhes, em paralelo, esclarecimentos de cunho sociológico. Antes das propostas de atividades, pormenoriza como o tema é tratado em sala de aula, apontando, com

autoridade de conhecedor, suas falhas e seus atributos.

O quinto capítulo trata do fenômeno da hipercorreção, do quanto é frequente tanto na linguagem falada como escrita. Explica-o de maneira minuciosa e justifica-o com o argumento de que os falantes e escreventes cometem semelhante erro exatamente porque buscam, *stricto sensu*, não cometerem equívocos – tudo isso em virtude da desinformada tentativa de conciliar a linguagem falada com a escrita. Apontam os autores que, à guisa de elidir esta deficiência, os alunos devem obter estímulos por meio de seus professores; e estes, por seus deveres, carecem estimular seus alunos a produzirem textos orais e escritos com o auxílio, por exemplo, de dicionários, dentre outras propostas.

O capítulo seis tem como mote os verbos impessoais, as variações contidas em *haver*, *ter* e *fazer*. Decerto são três dos verbos mais usados na nossa língua, sendo paralelamente três dos que mais produzem dúvidas acerca de suas variações. Quanto a isso, as autoras tratam logo de diferenciar o que é considerado erro e o que não é considerado, em termos linguísticos e gramaticais. Ao mesmo tempo em que são expostas estatísticas a respeito, são explicadas as maneiras corretas de se

flexionar os verbos em diferentes situações, preconizando a concordância. Trata da estrutura dos verbos, para que desta maneira possam ser esclarecidos mais pormenorizadamente seus mecanismos de variação. As sugestões mais recomendadas de atividades são sobre interpretações de músicas, a fim de que seja possível, de forma mais facilitadora, absorver melhor as regras que tangem à especificidade do tema.

O capítulo sete é referente ao tema *uso e ensino dos tempos e modos verbais em uma perspectiva sociolinguística*. Ao iniciar as questões verbais na prática, as autoras dizem que “para melhor compreensão do paradigma verbal, vale refletir sobre o que está prescrito na gramática normativa e o que está sendo realizado em contextos gerais do uso da língua” (p.186). A seguir, são descritos fenômenos sociolinguísticos tendo como premissa a classe social do falante. Próximo ao final dos argumentos é dito ser urgente a implementação do ensino contextualizado dos verbos nos ensinos médio e fundamental. Esta modificação visaria a auferir um aprendizado mais abrangente da gramática e menos propenso a aceções de classe e nível intelectual dos alunos.

O oitavo capítulo discute o tema regência verbal em três categorias: verbo de dupla

regência, verbo de movimento e queísmo e dequeísmo. A primeira categoria é arrolada duplamente, sob o prisma da norma culta contemporânea e da norma-padrão tradicional. A segunda tenta explicar o procedimento dos verbos de movimento com o emprego e com a ausência da preposição, sob o argumento de que “a escolha de uma ou outra implica uma diferença sutil de sentido” (p. 209). Mais adiante, o queísmo e o dequeísmo são tratados sob a alusão de exemplificações, e representados como desvios de gravidade pouco relevante, se bem que excessivamente repetitivos, sobretudo na linguagem escrita. As propostas de abordagem em sala de aula não lançam mão de tratar estas ocorrências tanto escrita como verbalmente, e também de forma a empregarem-se de textos para que os alunos não se deixem enganar pela teórica nulidade do assunto.

O nono e último capítulo, por sua vez, tem como pauta o tema *como a escola pode explicar erros gramaticais e inovações?* Logo de início são tratados os enfoques funcionalistas, os quais, segundo as autoras, “associam estreitamente a estrutura linguística aos contextos de uso e às escolhas que os falantes fazem para satisfazer propósitos e necessidades discursivo-interacionais” (p. 218). Em seguida é tratada

a natureza das explanações funcionais, suas relações entre forma e função. Mais uma vez são explicadas as diferenças entre o falar e o escrever, bem como a complexidade estrutural das orações e a saliência fonológica ou morfossintática. Discute, ainda, a questão das mutações das palavras, dentre outros detalhes; até serem exibidas as propostas de intervenção, boa delas versadas no uso de textos, a fim de que o aluno se adapte melhor ao objeto de estudo – a palavra.

Por que a escola não ensina gramática assim? em todas as suas 256 páginas mostra-se um livro muito esclarecedor. Sob os aspectos mais vitais, nos seus capítulos e nas suas discussões, tratadas características e ambiguidades da gramática do português brasileiro, com absoluta objetividade e sugestões de atividades práticas e de simples inserção em sala de aula. Não se detém, pois, com argumentos inúteis, de sorte que as ideais se encaixam uma nas outras com a assistência de argumentos de outros autores. Sem dúvida, tal instrumento mostra-se de fundamental utilidade para professores e docentes (como bem assim fora conosco), tanto para discussões posteriores como para que suas ideias já alicerçadas possam ser inseridas no ensino da gramática nos dias de hoje.